

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA HOJE

Lucas Maia¹

Objetivamos com este texto apresentar, mesmo que de modo geral e esquemático, alguns elementos constituintes da estratégia revolucionária hoje. Não se trata de tarefa fácil, tendo em vista o conjunto de ideologias que apontam para o fim das utopias, das lutas de classes (condição primeira para se pensar a estratégia revolucionária). Da mesma forma, o avanço concreto do capital sobre o trabalho, por meio da reestruturação produtiva e do estado neoliberal, impingindo às classes trabalhadoras uma condição atroz, que já perdura por algumas décadas. Estes elementos tornam a discussão sobre a elaboração de uma possível estratégia revolucionária algo difícil, pois pode soar a muitos como impróprio, como fora da realidade. Pretendemos com este demonstrar a falsidade, mentira, equívoco e erro que caracteriza esta premissa.

Para tanto, discutimos inicialmente o que caracteriza o capitalismo contemporâneo, ou seja, o regime de acumulação integral, suas consequências sociais, tanto nos países de capitalismo central, quanto nos de capitalismo subordinado. Após caracterizar a etapa atual do capitalismo, passamos ao passo seguinte, discutir as lutas de classes e lugar dos blocos sociais nestas lutas. Os blocos dominante, reformista e revolucionário tem significado importante na compreensão das lutas sociais na contemporaneidade. Por isto, realizamos discussão apresentando cada um e o lugar que ocupam no conjunto das lutas sociais.

Para finalizar, apresentamos alguns elementos que constituem uma estratégia revolucionária para a contemporaneidade. Para demonstrar o enraizamento histórico de nossas afirmações, apresentamos tal estratégia como elemento racional, derivado da compreensão das lutas de classes emergidas nas últimas décadas, sobretudo após final dos anos de 1990, momento em que o regime de acumulação integral já começa a apresentar alguns sinais de desestabilização, que vem se confirmando e aprofundando

¹ Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Professor do IF/Aparecida de Goiânia.

nas décadas seguintes. A estratégia revolucionária hoje, portanto, emerge da avaliação destas lutas, mas sobretudo, da compreensão da tendência histórica de que o modo de produção capitalista não pode olvidar, ou seja, da possibilidade de revolução proletária. Este é nosso ponto de partida e nosso ponto de chegada. Qualquer estratégia que se pretenda revolucionária deve partir daí. Sem isto, perde necessariamente seu caráter revolucionário, Autogestionário.

Capitalismo contemporâneo: o regime de acumulação integral

A partir da década de 1980, o mundo entrou em uma nova era, o capitalismo contemporâneo, muito bem denominado por Viana (2009) de *regime de acumulação integral*. Não se trata de um novo tipo de sociedade, de uma sociedade nova, como alguns quiseram qualificar este novo momento do capitalismo, chamando-o de “pós-moderno”. A pobreza desta qualificação é tão evidente, que nem se deram ao trabalho de inventar um termo novo, contentando-se unicamente com o prefixo “pós”. Contudo, esta nova era do capital carrega em si mecanismos velhos de reprodução, que não deixaram ainda o terreno da história: a exploração da burguesia sobre o proletariado através de extração de mais-valor, as consequências sociais da acumulação de capital (miséria, fome etc. por um lado e concentração de riquezas por outro), a luta de classes...

Usar estes termos hoje parece coisa de gente jurássica, vinda da poeira de livros de algum museu de ideias. Esse é bem o sentimento que ainda hoje assola aqueles que insistem em criticar a cortina ideológica que impede, como véu soturno, enxergarmos a realidade. Contudo, se deseja ver, é necessário devassar este véu, passar por cima das ideologias (“fim do trabalho”, “fim da história”, “sociedade pós-moderna”, “fim do proletariado”, “fim da luta de classes”, “gênero”, “interseccionalidade”, “livre mercado”, “empresa cidadã”, “empreendedorismo” etc. etc. etc.). Este novo mundo é um velho baú de novas e velhas ideologias!!!

Para ser mais preciso, este novo mundo, esta nova fase do modo de produção capitalista já nem é assim tão nova. Já se aproxima de ser um quadragenário. Quase meio século de história já dá a verdadeira dimensão de que seus últimos dias se aproximam, ainda fugidios, no horizonte. Não vou aqui descrever seu processo de implantação, sua

história, suas características de forma extensa e detalhada. Há uma literatura volumosa a respeito². Interessa-me muito mais discutir os processos emergentes de lutas que se engendraram com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e a estratégia revolucionária que daí se precipita.

O regime de acumulação integral é a etapa atual do modo de produção capitalista. A história deste modo de produção é a história da sucessão de regimes de acumulação³, que é definido como uma forma estabilizada das lutas de classes, caracterizado por uma determinada forma de organização do processo de trabalho (extração de mais-valor), que exige determinada forma de organização da instituição estatal (estado integracionista, neoliberal etc.), que por sua vez necessita determinados processos de relações internacionais, denunciando o caráter expansivo e totalizante do capital (neocolonialismo, imperialismo, neoimperialismo...).

Assim, em cada regime de acumulação, há a conformação de determinados processos de articulação e determinação mútua entre processo de valorização do capital, formas de estado e relações internacionais. O elemento dinâmico, que impele a transformações inevitáveis nestes regimes de acumulação é a própria dinâmica espontânea do capital, que tende a uma “queda da taxa de lucro médio”⁴ à medida que

² Para compreender sua história, características e consequências sociais consulte, por exemplo: Harvey (1992; 2008), Viana (2009), Porto-Golçalves (2013), Santos (2015), Forrester (1997), Dupas (1999), Wacquant (2001), Braga (2013), Chussodovsky (1999)...

³ Consulte Viana (2009). Os regimes de acumulação são: acumulação primitiva (até o século XVIII); regime de acumulação extensivo (da revolução industrial até final do século XIX); regime de acumulação intensivo (do final do século XIX até a segunda guerra mundial); regime de acumulação conjugado (da segunda guerra mundial até 1980); regime de acumulação integral (da década de 1980 até os dias atuais). Escusado dizer que a divisão por datas assim tão precisas não corresponde ao processo concreto. Estes períodos variam de país para país. Também, este esquema serve muito mais ao capitalismo dos países imperialistas que são pioneiros na renovação dos regimes de acumulação, estando os países do bloco subordinado atrasados em alguns anos em relação aos do bloco imperialista.

⁴ A tendência à queda da taxa de lucro médio é uma contradição constituinte do modo de produção capitalista. À medida que se desenvolve o processo de acumulação de capital, a tendência é a classe capitalista investir cada vez mais capital em constante (maquinaria, instalações, matéria-prima etc.) do que em capital variável (gasto com salários, ou seja, força de trabalho). A esta relação, chama-se composição orgânica do capital. Assim, quanto maior a composição orgânica do capital, maior é o crescimento absoluto do capital, mas menor é seu investimento em trabalho vivo, ou seja, força de trabalho. Isto implica em menor produção relativa de mais-valor, em que pese seu crescimento absoluto. No longo prazo e considerando socialmente a produção, a tendência é este investimento relativamente menor em força de trabalho conduzir à queda da taxa de lucro médio, que

se desenvolve e a luta de classes que necessariamente implica. Assim, a transição de um regime de acumulação a outro, conformando a história da moderna sociedade capitalista, se configura, portanto, como a história da luta entre classe capitalista e classe operária, assumindo diferentes níveis de radicalidade e conflitos. Esta é a determinação fundamental. Obviamente que outras classes desprivilegiadas (camponeses, lumpemproletários etc.), bem como privilegiadas (burocracia, intelectualidade, latifundiários etc.) assumem importância dependendo do contexto histórico e geográfico onde se opera as tensões e conflitos. Da mesma feita, também grupos sociais e movimentos sociais passam a ter significado importante na dinâmica das lutas sociais, sobretudo após a segunda guerra mundial. Assim, compreender a dinâmica das lutas de classes e seu lugar nas mutações do capitalismo é processo complexo que remete à totalidade da sociedade capitalista, procedimento sem o qual qualquer análise implicará em reducionismos irreparáveis.

O capitalismo contemporâneo, ou seja, o regime de acumulação integral, caracteriza-se por um processo de valorização do capital baseado nas técnicas toyotistas de exploração do trabalho (sabendo que concretamente o mais comum são as empresas mesclarem técnicas – taylorismo, fordismo, toyotismo, fayolismo, volvismo, escola de relações humanas etc.), pela organização neoliberal do estado e por relações internacionais fundadas num oligopolismo transnacional e neoimperialismo. Toda uma literatura (como a citada em nota de rodapé anteriormente) descreve estes elementos. Não convém repeti-los. Vou somente indicar alguns pontos para sustentar nosso argumento.

A crise do regime de acumulação conjugado obrigou a classe capitalista em escala internacional a rearticular o modo de produção a permitir a retomada do aumento das taxas de crescimento (ou melhor, de acumulação de capital). Assim, as técnicas tayloristas-fordistas de organização do processo de trabalho foram sendo substituídas, ao longo da década de 1980 (nos países imperialistas) e a partir dos de 1990 (nos países subordinados) por estratégias toyotistas. Termos como *just in time*, *just in case*, *kamban*,

tendencialmente gera crises. Esta discussão foi inicialmente realizada por Marx, no livro 3 de O Capital. Cf. Marx (1983).

trabalho em equipe, circuito de controle de qualidade – CCQ, “trabalho flexível” etc. começam a ser empregados para designar estes novos processos de organização do trabalho. O que os analistas vem apontando é que tais técnicas significam, na verdade, um aumento da exploração da força de trabalho operária, o que implica em aumento da extração de mais-valor, estratégia necessária para dar um *plus* à acumulação de capital, que havia sido fortemente abalada pela crise de final dos anos 1960 e que se estendeu por quase toda década de 1970 (HARVEY, 1992). As várias técnicas toyotistas de exploração da força de trabalho implicam, entre outras coisas, em redução do efetivo operário. A introdução das tecnologias de automação, associadas a estas técnicas agrava o quadro. O que ficou mundialmente conhecido como “reestruturação produtiva” nada mais é que a substituição das técnicas fordistas pelas toyotistas (ou o que é mais comum, o seu amálgama). Isto, associado a outros processos, provocou no continente europeu e Estados Unidos um desemprego crônico, que até hoje vem se ampliando⁵. Também provoca naqueles que tiveram a “grande sorte” de ficar empregados, o aumento do controle (SANTOS, 2015), pressão, excesso de trabalho etc. doenças (como LER – lesão por esforço repetitivo, também psíquicas – depressão, *burnout* – um termo inventado para qualificar extremo sofrimento com as relações estabelecidas nos locais de trabalho etc.). Assim, a chamada reestruturação produtiva significou um aumento da exploração sobre os que ficaram empregados, um aumento do desemprego em escala mundial (o fim do sonhado pleno emprego europeu). Um aspecto a ser destacado com relação a isto foi o deslocamento de empresas em escala global. Na busca por maiores lucros, ou seja, em ampliar a exploração e devido aos mecanismos técnicos e tecnológicos suscitados pela chamada “terceira revolução industrial”, a mobilidade do capital ficou muito mais facilitada. Isto provocou em várias regiões industriais dos países imperialistas uma fuga enorme de capitais produtivos para outras áreas do globo. Pode-se citar, como fácil exemplo, o surgimento das maquiladoras no México, derivadas de empresas estadunidenses que se deslocaram para o país vizinho, deixando imensas áreas nos EUA se tornarem verdadeiros cemitérios industriais. Isto ocorreu em todo o chamado norte desenvolvido. Algumas áreas se desindustrializaram radicalmente, enquanto outras se

⁵ Sobre isto, confira, por exemplo, o trabalho de Forrester (1997), Braga (2013), Dupas (2001) etc.

industrializaram, mas com um trabalho extremamente precário, salários baixos etc., permitindo ao capital um fôlego de algumas décadas, que parecem estar agora apresentando certo sinal de esgotamento.

Associado a esta reestruturação produtiva e como seu complemento necessário, para que o capital conseguisse se reerguer com eficácia, eram necessários processos associados. O estado integracionista (ideologicamente denominado estado de bem-estar-social) predominou na Europa e de forma bem mais precária nos Estados Unidos desde final da segunda guerra mundial. Baseado em algumas teses keynesianas, sobretudo no postulado de que o Estado deve realizar políticas macroeconômicas a fim de evitar crises, o Estado integracionista era baseado no que comumente se chama de compromisso fordista. Tal compromisso é baseado no tripé: empresa-estado-sindicatos (HARVEY, 1992). Esta parceria institucional garantiu durante algumas décadas grande desenvolvimento econômico e social em alguns países (Europa ocidental, EUA, Canadá etc.). Contudo, já em finais da década de 1960, este modelo começa a apresentar dificuldades de reprodução e a sensível “repartição de renda” percebida nos países imperialistas começa a ameaçar os estratosféricos lucros do grande capital. A forma estatal que garantia isto começa a ser alvo de reformas. Era necessário dismantelar este estado, dar mais “liberdade” às empresas para agirem de acordo com o “livre jogo das forças do mercado” para resolver o problema de queda nas taxas de lucro. Esta é a origem do estado neoliberal⁶.

Este estado reformado serve adequadamente aos interesses urgentes da classe capitalista: “flexibiliza” (ou seja, precariza) as relações de trabalho, retira recursos das chamadas áreas sociais (previdência, saúde, educação, segurança, saneamento etc.), que custavam bastante ao estado de bem estar social, e os transfere para o capital

⁶ Como ressalta Viana (2009), não se deve confundir o estado neoliberal com a ideologia neoliberal. Esta surge já a partir dos anos de 1930 com o trabalho de Hayeck, mas é partir dos anos de 1940 e 1950 com Von Mises, Friedman etc., que ganha maior consistência. Contudo, eram ideias fora de época, pois a hegemonia ideológica era a keynesiana (bem como outras ideologias estatistas: bolchevismo, social-democracia, nazismo, fascismo etc.). Com a crise das condições sociais que davam vigência à ideologia keynesiana (o referido pacto fordista) e a necessidade de adequação do capital, reestruturação produtiva etc. era necessário reformar também a instituição estatal. A partir daí, as ideias dos neoliberais, consideradas excêntricas por décadas, passam a ser recuperadas, adaptadas etc. Ou seja, o estado neoliberal não é uma aplicação da ideologia neoliberal. Esta é que é recuperada, pois passa a ser adequada ao novo momento e aos interesses da classe capitalista.

(sobretudo financeiro, mas não somente, pois as frações produtivas do capital também são priorizadas), realiza políticas macroeconômicas a fim de estabilização financeira, cria regulamentações a fim de favorecer um certo “livre-cambismo” (para lembrar aqui uma expressão do século XIX para caracterizar a ideologia liberal) etc. Tais medidas eram inconcebíveis no anterior estado keynesiano, por isto ele teve de ser desmantelado. Em seu lugar, foi estabelecido uma nova forma de instituição estatal, comprometida com o “livre desenvolvimento das forças do mercado”, com a “liberdade do indivíduo”, com a “meritocracia”, um verdadeiro “estado mínimo”...

A implantação desta forma estatal nos países imperialistas foi traumática e os ideólogos e políticos (democratas, trabalhistas, social-democratas) são todos saudosos do antigo estado. Desemprego, desestabilização social, precarização do trabalho, insegurança quanto à assistência social, acesso à saúde, medo do futuro (pois incerto) são problemas que assolam as classes desprivilegiadas nos centros mais brilhantes e ricos do capitalismo, o que levou os ideólogos de lá a começarem a refletir sobre o problema, originando a ideologia da “exclusão social”. Um termo muito impróprio, pois não há ser humano excluído da sociedade. O que ocorreu na verdade foi um aumento considerável do “lumpemproletariado”⁷, aquilo que Marx (1988) chamou acertadamente de “super-população relativa”. Ou seja, aquela população à margem da divisão social do trabalho, que não consegue uma colocação adequada no que se chama mercado de trabalho. Que vive à sombra do consumo, do trabalho, da esperança de longo prazo, que planeja sua vida de refeição em refeição: “hoje almocei. Meu jantar é que é incerto...”. Assim vive o lumpemproletariado.

Esta classe foi aumentada exponencialmente no continente europeu e nos Estados Unidos com o intenso processo migratório que acomete estas regiões do globo. Se antes, ainda no regime de acumulação anterior, havia a possibilidade de assimilação sem grandes transtornos desta população “sobrante” (um conceito bem cínico), hoje, ela sobra em todos os aspectos e faz ressurgir na Europa os cortiços, os moradores de

⁷ Confira sobre o processo de lumpemproletarização: (VIANA, 2009); (BRAGA, 2013).

rua em quantidade epidêmica. Faz ressurgir das cinzas da miséria as favelas⁸ em Los Angeles, Nova York etc., essas novas Fênix do cinismo neoliberal.

Em uma palavra, o arco-íris do capitalismo superdesenvolvido não passa nos dias de hoje de uma grande miragem. Os potes de ouro estão lá, como afirma o dito popular. Contudo, só quem consegue chegar ao mítico “pé do arco-íris” e pegar os potes de ouro é uma imensa minoria de pessoas, oficialmente chamadas de “grandes empresas”, “trustes”, “cartéis” (todos personificados em seus acionistas, executivos, CEO’s)⁹.

Se o problema da miséria, da fome, da incerteza no futuro (tudo isto, obviamente, para as classes desprivilegiadas) se tornaram algo grave no centro do capitalismo mundial, para os países de capitalismo subordinado, essas imensas massas populacionais amontoadas na América Latina, na Ásia e na África, significou um aprofundamento de problemas nunca solucionados. Por estas paragens nunca houve um estado de “bem-estar-social”. Muito pelo contrário. Um dos sustentáculos do “bem-estar” da Europa, dos Estado Unidos, do Canadá, do Japão etc. foi a violenta exploração da classe trabalhadora e do meio ambiente nestas áreas. A história das multinacionais (hoje melhor denominadas transnacionais) denuncia esta realidade. Foi somente com a grande transferência de riquezas destes países durante os “30 gloriosos”, ou seja, dos anos 1940 a 1970, que foi possível o bem-estar naquelas áreas. Ao passo que os países que se industrializavam com o capital multinacional (México, África do Sul, Brasil, Argentina, Chile etc.) viviam em sucessivas ditaduras, “arroxos salariais”, crescimento de favelas em todos eles, pobreza, ameaça de desemprego constante, falta de assistência social etc. etc. etc. Se na Europa os autores falavam em “pleno emprego”, *well fare state*, na América Latina, falava-se em “marginalidade” (KOWARICK, 1975). Esta marginalidade nada mais é do que aquilo que os ideólogos de hoje na Europa e EUA estão chamando de “exclusão social”. Portanto, o que a reconversão capitalista provocou na Europa

⁸ Para uma discussão sobre o problema global das favelas, uma excelente obra é Planeta Favela, de Mike Davis (2006).

⁹ Para uma análise deste processo de aumento da desigualdade, sobretudo nos países de capitalismo central, um estudo que fez bastante barulho nos últimos anos é o de Thomas Piketty (2014). Apesar de todo o ruído em torno da obra, suas conclusões políticas são bastante ilusórias e idealistas (como veremos mais à frente). Contudo, a descrição do aumento da desigualdade com o capitalismo neoliberal é de se ter em conta.

após a década de 1980 é um problema crônico com o qual os países de capitalismo subordinado sempre conviveram. E convivem.

Contudo, a reestruturação produtiva, as reformas neoliberais e a intensificação da exploração internacional (via aprofundamento do oligopolismo transnacional) provocou um aumento destes velhos problemas, pois desestabilizou áreas que já eram instáveis do ponto de vista social. O que ficou conhecido como “ajuste estrutural”, ou seja, um pacote de reformas que os estados dos países de capitalismo subordinados eram (e são) obrigados a fazer para que Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outras instituições multilaterais realizassem empréstimos, renegociações da dívida pública passa a ser rotina a partir da década de 1980. Ou seja, o estado neoliberal foi imposto aos países de capitalismo subordinado como parte da estratégia de exploração internacional característica do neoimperialismo e oligopolismo transnacional.

Neste ajuste estrutural, está embutido: privatizações, legislação aduaneira e outras que “flexibilizem” as fronteiras, “liberalização dos mercados”, exigência de *superávit* primário, ou seja, um compromisso que o estado vai pagar os empréstimos (isto quer dizer: corte na saúde, educação, infraestrutura, saneamento etc. etc. etc.). Toda esta situação nos países de capitalismo subordinado provocou situações de crise social de difícil solução.

É dentro deste quadro que estamos todos hoje. O eldorado no capitalismo central enferrujou. Não brilha mais. A ferrugem, parte constituinte da vida social no capitalismo subordinado se alastrou para todo canto, generalizando a catástrofe social. Pode parecer exagerada nossa afirmação. Queríamos que fosse. As estatísticas sociais da América Latina, África, Ásia, Oriente Médio nos impedem de mentir¹⁰...

Contudo, tal catástrofe é somente para um segmento da população, a imensa maioria. Para um pequeno grupo de pessoas, tais liberalizações dos mercados, estado mínimo, ajuste estrutural etc. foi efetivamente um grande negócio. Este é o alarme que os moderados, socialdemocratas, saudosos do antigo estado de bem-estar social

¹⁰ Um panorama disto pode ser evidenciado em Harvey (2008), sobretudo o capítulo 4. Contudo, a obra de Chussodovsky (1999) é uma das que oferece um panorama muito bem documentado das implicações sociais do “ajuste estrutural” imposto pelo FMI, Banco Mundial, OMC etc. aos países de capitalismo subordinado.

sempre tocam para dizer os rumos que tomam a humanidade estão equivocados. Como atestam os estudos de Piketty (2014) e outros, a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres estão atingindo patamares semelhantes ao final do século XIX e início do século XX. O desastre social é pago, portanto, pela imensa maioria da população mundial, enquanto uma pequena parcela, minúscula, vive dias de nababo.

Este é o ponto a partir do qual quero considerar as estratégias de luta e qual o deve ser a estratégia revolucionária. Este mundo inseguro, cujo desemprego ameaça os que estão empregados, cujo desemprego esmaga aqueles que estão há muito tempo sem conseguir uma colocação no mercado de trabalho (e sabem que vão ficar muito mais tempo). Este mundo, cujas vagas de emprego, por parcas que sejam, acolhem aqueles que serão espremidos por 8, 10, 12 horas diárias em condições e ritmo de trabalho que remontam ao século XIX. Este mundo sem escapatória, pois nem a fuga para os países imperialistas (ricos) é mais garantia de emprego e estabilidade como pode ter sido há algumas décadas. Este mundo violento, no qual o assassinato é parte do cotidiano das famílias periféricas¹¹. Este mundo que impede o indivíduo de fazer projetos, pois é necessário almoçar hoje. Este mundo sem utopia, mercantilizado, burocratizado, sufocante... é que temos que levar em conta numa análise dos processos de luta que ele necessariamente gera. E como parte destas lutas, qual a estratégia de classe e do bloco revolucionário visando fazer valer os interesses de classe do proletariado?

Blocos sociais e luta classes hoje

Antes de passar propriamente à análise das lutas concretas já emergidas no atual regime de acumulação, consideremos dois autores que nos dão uma certa medida do desespero (FORRESTER, 1997) e do saudosismo com o desaparecido estado integracionista (PIKETTY, 2014).

Em 1996, Viviane Forrester escreveu um ensaio desolador. O momento da escrita é o auge do que ficou conhecido como “pensamento único”. O muro de Berlim havia

¹¹ Conferir o comovente estudo de Mir (2004), no qual relata as vítimas, sobretudo dos conflitos violentos com as forças policiais no Brasil. O jovem, homem, negro, da periferia luta as salas de “trauma” dos hospitais, vitimados por armas de fogo, quase sempre empunhadas pelas forças do estado.

caído há 7 anos, os principais países imperialistas já haviam implantado em seus territórios o estado neoliberal, os países de capitalismo subordinado estavam na década de 1990 sendo todos submetidos aos ajustes impostos pelos organismos multilaterais (FMI, BM, OMC etc.). Era a hegemonia absoluta da ideologia liberal, que tinha se lastreado nas reformas feitas na maior parte dos estados. Era o tempo do “fim da história”, “fim do proletariado”, “fim do socialismo”. Só o que restava ao mundo era aprimorar as recém criadas democracias neoliberais. É neste contexto que emerge o livro de Forrester (1997). O título é por demais ilustrativo: *O Horror Econômico*. Após pintar um cenário devastado, terra arrasada, flertando inclusive com uma possibilidade de eliminação física desta população “sobrante”¹², muito bem definida por Braga (2013), Viana (2009) como lumpemproletariado, defende a autora:

Seria insensato esperar, enfim, não um pouco de amor, tão vago, tão fácil de declarar, tão satisfeito de si, e que se autoriza a fazer uso de todos os castigos, mas a audácia de um sentimento áspero, ingrato, de um rigor intratável e que se recusa a qualquer exceção: o respeito? (FORRESTER, 1997, p. 145).

Sim Viviane, é muito insensato esperar sentimentos tão nobres, como amor e respeito, vindos de *Wall Street*, da Bolsa de Londres, do conselho de administração da General Motors, Shell, Vale etc. É compreensível o desespero da autora, tendo em vista o momento em que escreveu. Contudo, é inadmissível que fiquemos neste altar de contemplação mórbida da desgraça. Os autores da catástrofe não serão eles mesmos, em nome do amor e do respeito, os responsáveis por concertar toda esta situação.

O livro de Piketty (2014), recentemente lançado, apresenta outro ponto de vista, não menos ilusório, embora carregado de realismo e pragmatismo. Diferentemente do texto de Forrester, o de Piketty abandona o tom ensaístico, que dá magia ao primeiro livro, e assume um formato de texto acadêmico, carregado de estatísticas, fontes

¹² Infelizmente o cenário pintado por ela se realiza de alguma maneira. Veja o caos migratório, que assassina milhares de pessoas todos os anos no Mar Mediterrâneo. Também, veja-se os campos de concentração na fronteira entre EUA e México para ilustrar este extermínio de pessoas que não servem mais para ser empregadas no mercado de trabalho. Forrester, entretanto, dizia que o perigo deste tipo de extermínio aconteceria se a democracia fosse substituída por uma nova era de fascismo e ditaduras. Contudo, o horror econômico está acontecendo dentro das democracias mais consolidadas do mundo. O apocalipse se realizou, não com trabalhadores nacionais, mas imigrantes; não numa ditadura, mas no estado democrático de direito.

oficiais, metodologia de análise de “dados” etc. Certamente a leitura não é tão atraente, mas os resultados do livro são interessantes.

A tese central é: a corrosão do estado integracionista iniciada após a década de 1970, associada a uma crise do capital a partir desta década, levou a um aumento da desigualdade no mundo inteiro, tanto entre pobres e ricos nos países de capitalismo central (objeto de análise de todo o livro), quanto entre países ricos e países pobres (tema somente tangenciado na obra). Todo o livro é para demonstrar com base em ampla documentação estatística esta tese, o que de fato ele comprova.

A última parte do livro é inteiramente dedicada a apresentar remédios para os problemas sociais típicos desta nova fase do capital: desemprego, corrosão dos direitos sociais (saúde, educação, previdência, seguridade social etc.), que segundo o autor devem ser administrados pelo estado. Não este que está aí, o estado neoliberal (causa da desgraça), mas um “estado fiscal”, social. A expressão estado fiscal é bem reveladora. Um estado social em pleno século XXI não pode ter as mesmas características do velho estado de “bem-estar-social”, de corte keynesiano (embora o autor demonstre ao longo do livro um saudosismo tremendo para esta forma estatal). O capital no século XXI não consentiria tamanho desatino.

Contudo, ele apresenta alguns elementos. Foi durante o século XX, sobretudo após a segunda guerra mundial, mas um processo que já se inicia às portas da primeira guerra, que há um aumento na arrecadação dos estados, recorrendo sobretudo à taxaço sobre a renda (lucros, salários, juros etc.) e taxaço sobre heranças. Estes mecanismos já existiam antes, mas eram muito baixos. É após a segunda guerra, que estes mecanismos fiscais se intensificam, chegando em alguns casos a mais de 90% sobre as grandes rendas. Tais processos, entre outros, permitiram aos estados arrecadação necessária para garantir uma certa distribuição de renda, via *well fare state*¹³. O que ele demonstra com ampla documentação é que durante os anos de 1970, 1980, 1990, 2000 este método de taxaço deixa de ser intenso como foi nos “30 gloriosos” (da década de

¹³ O silêncio dele sobre o processo de exploração internacional é ensurdecedor. Com raras exceções quando fala da descolonização etc., este mecanismo de engordar os estados europeus e americano está fora do escopo de análise da obra, denunciando aí uma certa pobreza metodológica, que exclui a totalidade como recurso heurístico fundamental.

1940 a 1970). As reformas neoliberais são a consequência (ou causa) necessária. O estado fiscal social deixa de cumprir seu papel fundamental de distribuir renda garantindo melhores condições de vida à população trabalhadora, restando a esta parcela da população o “horror econômico”, para lembrar aqui a expressão de Forrester.

Como remédio, ele defende então: aumentar novamente as taxas sobre a renda (sobretudo as grandes rendas), as heranças (sobretudo as grandes heranças) e lança como proposta seu “imposto sobre o capital”. É bom que se diga que se trata de “imposto progressivo”, ou seja, que aumenta à medida que aumenta o tamanho do patrimônio. Afirma:

Como já vimos, a instituição ideal que seria capaz de evitar uma espiral infundável de aumento da desigualdade e também retomar o controle da dinâmica em curso seria um imposto progressivo global sobre o capital. Um instrumento como esse teria ainda o mérito de gerar a transparência democrática e financeira dos patrimônios, o que é uma condição necessária para a regulação eficaz do sistema bancário e dos fluxos financeiros internacionais. O imposto sobre o capital faria prevalecer o interesse geral em detrimento do interesse privado, preservando, a um só tempo, a abertura econômica e as forças da concorrência (PIKETTY, 2014, p. 459) (grifos meus).

Fiz questão de grifar estes trechos para chamar a atenção: a) evitar o aumento da desigualdade, não o seu fim; b) imposto progressivo significa que ele é maior quanto maior for o capital (o capital é, portanto, meramente patrimônio e não relação social de exploração); c) transparência democrática, regulação dos fluxos de capital. Isto a um liberal soa como violento. A um social-democrata, democrata, trabalhista, keynesiano etc. como necessário. A um revolucionário soa como canto de sereia, isca para peixe; d) prevalecer interesse geral em detrimento do privado. Como, se por definição, e o próprio Piketty defende a necessidade da propriedade privada, do mercado livre, embora regulado etc.? Em qual momento da sociedade moderna, com vigência dos interesses da classe dominante, houve a prevalência dos interesses coletivos, gerais em detrimento dos interesses privados (corporativos)? Até que se responda isto, a defesa dele é um grande *non sense*.

Assim, o grande objetivo deste imposto sobre o capital seria amenizar os problemas sociais gerados pelos excessos do capital a partir da crise do *well fare state*. O capital como relação social de exploração da classe capitalista sobre a classe operária está totalmente afastada da análise. O capital, como patrimônio, é algo dado, se Marx

analisasse tal livro, diria que Piketty é um fetichista, o que de fato é. Este algo dado é patrimônio. A questão é que como este patrimônio é gerado, ou seja, a partir da relação de classe e dos processos de exploração internacional, processos estes que estão fora do campo analítico do autor. Como se vê, o alarde que a esquerda brasileira fez em torno desta obra é completamente despropositado. As reservas de Piketty às grandes fortunas não o aproximam nem mesmo de um social-democrata. Todas as reformas que ele propõe se dão dentro dos quadros do atual regime de acumulação, visando unicamente reduzir os graves problemas sociais gerados pela reestruturação produtiva, pelas reformas neoliberais. Sua ideia de regular o capital é o centro de sua argumentação. Esta regulação deveria pensar um pouco mais nos desvalidos (aqui ele se aproxima bem de Viviane Forrester) através de reformas que permitam reconstruir um “estado fiscal”, arrecadando mais recursos junto às grandes fortunas e distribuindo-os via serviços sociais.

Como não existe luta de classes para ele, resta somente ser um iludido mesmo. O imposto sobre o capital permitiria maior democracia, pois criaria transparência sobre as informações fiscais das empresas e dos estados. Mas estas informações e transparência sem participação efetiva dos trabalhadores seria algo inútil. Conclui assim seu sistema de ilusões de “democracia econômica”:

Podemos afirmar que os assalariados e seus representantes não estão suficientemente a par das realidades econômicas da empresa. Sem uma verdadeira transparência contábil e financeira, *sem informação partilhada, não pode haver democracia econômica*. Por outro lado, *sem direitos concretos de intervenção nas decisões das empresas* (como os direitos de voto para os funcionários nos conselhos administrativos), a transparência não tem grande utilidade. A informação deve nutrir as instituições fiscais e democráticas; ela não é um fim em si. *Para que a democracia venha um dia a retomar o controle do capitalismo*, é necessário, em primeiro lugar, partir do princípio de que as formas genuínas de democracia e do capital estão e sempre estarão para ser reinventadas (PIKETTY, 2014, P. 554).

Um dos princípios elementares de toda organização burocrática, como são as empresas capitalistas, é o “sigilo burocrático”. A não ser que a empresa deixe de ser burocrática, ou seja, que a relação entre capitalista e operário, entre burocracia empresarial e classe trabalhadora deixe de existir (ou seja, a autogestão social, o comunismo), o sigilo burocrático não deixará de ser regra, pois é instrumento de dominação, de poder, controle. Suponhamos então que, num mundo bacana, legal (de amor e respeito, como deseja Forrester), houver maior transparência na informação

dentro das empresas e das empresas para com o estado, mas se isto não for acompanhado de um maior “direito concreto de intervenção nas decisões das empresas”, a transparência democrática será inútil. Para tanto, enfie lá uns dois ou três trabalhadores dentro do conselho de administração da empresa, para discutir com os executivos, os CEO’s, os interesses dos acionistas. É claro que os trabalhadores em tal conselho irão mudar, com seu voto, decisões que afetem diretamente o lucro dos acionistas, representados pelos seus executivos. Tamanho nonsense não viria nunca da boca de uma trabalhadora que serve cafezinho nas reuniões destes conselhos. Esta trabalhadora é, neste particular, muito mais sensata que o renomado economista Piketty.

Mas deixemos estas fantasias pra lá¹⁴. Há outras ainda a serem discutidas. Onde, então, poderão agir os trabalhadores e também, por que não, os desempregados, subempregados que são em número cada vez maior? A via liberal e burguesa, como vimos linhas atrás, não apresenta nada de real, concreto às classes desprivilegiadas (proletários, lumpemproletários, camponeses, serviçariado etc.).

A tese de Piketty nada mais é do que uma possibilidade estratégica do bloco dominante¹⁵, servindo, portanto, aos interesses da classe capitalista. A via neoliberal,

¹⁴ Embora estes autores não tenham relação direta com a estratégia revolucionária, considere necessário fazer uma reflexão maior sobre o texto de Piketty, tendo em vista o barulho que ele gerou aqui no Brasil, convencendo muitos da justeza de suas afirmações. Grande parte do bloco progressista (partidos de esquerda, intelectuais progressistas, forças políticas, movimentos sociais populares etc.) se convenceu muito fácil das palavras deste autor. Como o bloco progressista interfere diretamente nas ações e lutas das classes desprivilegiadas, foi necessário desmontar tal discurso. Não analisamos o todo da obra, nem entramos em detalhes, pois foge ao escopo deste texto. Só destacamos os elementos que dialogam diretamente com a questão da estratégia e da luta de classes (termos que, obviamente, são inexistentes para o autor).

¹⁵ Bloco social é definido da seguinte forma: “Assim, os blocos sociais estão indissolúvelmente ligados às classes sociais, mas eles não são a mesma coisa. A diferença entre os conceitos de classe social e bloco social reside no fato de que o primeiro expressa a classe em sua totalidade e ação espontânea e o segundo expressa seus setores mais organizados e conscientes, bem como a classe é uma unidade e o bloco é a reunião de mais de uma classe (e contando com suas subdivisões), realizando uma coalizção de forças. É por isso que o termo é “bloco”, pois é a reunião de um conjunto de forças que expressam de forma organizada e consciente determinadas classes sociais (VIANA, 2015a, p. 15). O autor identifica a existência de três blocos sociais: o bloco dominante, ligado aos interesses da classe capitalista, dominante; o bloco progressista, expressão dos interesses das classes auxiliares: burocracia e intelectualidade; o bloco revolucionário, expressão dos interesses de classe do proletariado. Claro que a relação entre blocos sociais e classes sociais é bem complexa e envolve entrelaçamento, indivíduos de uma dada classe que apoiam ações de outras classes dentro dos blocos

hegemônica hoje, é outra possibilidade também do bloco dominante. Portanto, passa longe de uma possibilidade real para as classes desprivilegiadas.

O bloco progressista tem algo a oferecer? O que se afirma hoje em dia em termos de luta de classes, organização, ação política, objetivos da luta etc.? O que o bloco progressista tem dito e feito? É importante trazer esta discussão, pois a tendência que tal bloco tem em amenizar os conflitos, contorná-los, levando-os para o campo da burguesia, aniquilando assim as experiências de lutas mais radicalizadas das classes trabalhadoras é uma ameaça real.

O bloco progressista (reformista), como sustenta Viana (2015) corresponde aos partidos de esquerda, intelectuais, forças políticas, organizações, tendências dentro dos movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais etc. Sua base social é a burocracia, intelectualidade, setores da juventude etc.. Seu discurso e práticas reformistas não podem ser negligenciados dentro de uma análise das lutas sociais na contemporaneidade. Seus efeitos ainda se fazem sentir, este bloco social interfere sobremaneira nos rumos das lutas sociais, por isto, analisá-lo criticamente é função primeira dos indivíduos, grupos e organizações (o bloco revolucionário) realmente interessados na superação da sociedade capitalista e afirmação a autogestão social.

A base social deste bloco é a burocracia e a intelectualidade, sendo a burocracia (partidária, sindical, de movimentos sociais, organizações etc.) a de maior relevo. Assim, a defesa destas organizações e da estratégia de conquista do poder estatal como forma de mudança das condições sociais das classes desprivilegiadas é um dos elementos mais problemáticos. Assim, não é incomum, entre intelectuais deste bloco, a defesa de retorno ao *well fare state*. Não foi à toa, portanto, que a tese de Piketty fez tanto barulho dentro da esquerda mundial e especialmente no Brasil. A ala mais moderada do bloco progressista, de caráter social-democrata, trabalhistas etc. abraçou rapidamente a tese do autor de *O Capital no Século XXI*. Outra ala do bloco progressista, a extremista, influenciada pelo bolchevismo (trotskismo, maoísmo...), embora mantenha em seu discurso a defesa do “socialismo”, “comunismo” (geralmente colocado como um

etc. Contudo, a determinação fundamental da existência de cada um é esta determinação de classe. Elemento a partir do qual os demais derivam.

objetivo distante a ser conquistado daqui a séculos), mantém em comum com a ala moderada sua defesa de conquista do poder estatal.

Estas ideologias (social-democracia e bolchevismo), as mais expressivas deste bloco, juntamente com suas organizações (partidos, sindicatos, movimentos sociais, ONG's) aglutinam em torno de si os interesses das classes desprivilegiadas, aparecendo como sendo soluções aos problemas destas classes. Efetivamente, os interesses que defendem não são os das classes desprivilegiadas, mas sim o da burocracia que é a classe forte e expressiva deste bloco social, pois responsável pela direção destas organizações. E os interesses de classe da burocracia não coincidem com os do proletariado e demais classes desprivilegiadas. Daí deriva que, do ponto de vista revolucionário, ou seja, proletário, as ideologias, organizações, indivíduos, discursos que partem deste bloco devem ser colocados sob escrutínio rigoroso.

Devido seu objetivo principal, conquista do poder estatal, ou pelo menos colocar representantes eleitos na esfera estatal, as ações deste bloco desviam a necessidade de luta e organização (de forma autônoma) da classe operária e demais classes para disputas de partidos, contendas eleitorais, escolha de políticos profissionais, se não os melhores, pelo menos os menos ruins etc. A via parlamentar, eleitoral é um grande entrave ao desenvolvimento da luta proletária, pois acaba levando os indivíduos, tendências dentro desta classe a desviar suas energias, ações para objetivos que não são os da classe operária, mas sim da burguesia e de suas classes auxiliares (burocracia e intelectualidade).

O estado é a principal instituição para a classe dominante fazer valer seus interesses de classe, implementando sua estratégia de classe. A entrada de parlamentares do bloco progressista nesta instituição não desvia seu rumo, pois o estado é um instrumento de dominação que defende os interesses de classe da burguesia e também da burocracia (governamental e estatutária). Deste modo, a ascensão a tais cargos muda muito mais o indivíduo ou partido que ascendeu ao poder do que propriamente os objetivos da instituição estatal. E no capitalismo contemporâneo, com a hegemonia neoliberal que caracteriza o estado, a ascensão aos cargos permite no máximo o estabelecimento de uma oposição moderada dentro do parlamento. Como se sabe, o sonho da oposição é ser situação. Sua crítica tem em mente

tal propósito. Por isto, assumir o leme do estado terá como única consequência fazer valer a hegemonia neoliberal que hoje organiza a instituição estatal na maioria esmagadora dos países. Esta não é, portanto, a estratégia real da classe operária e das demais classes desprivilegiadas.

Mas outra instituição que também atrapalha o desenvolvimento da luta proletária é o sindicato e suas centrais sindicais. Tais instituições, do mesmo modo que os partidos, colocam à frente do desenvolvimento da organização, da consciência, da autoeducação do proletariado, os interesses da própria instituição sindical, que implica na reprodução de seus dirigentes, os burocratas sindicais. Estas instituições, quanto maior, mais poderosas, mais tendem a ser conservadoras. Isto se deve ao fato de os burocratas sindicais não desejarem perder o poder, dinheiro, influência que adquiriram com a posse dos cargos. Os sindicatos, por definição, tem a função de negociar o valor da força de trabalho no mercado (seja diretamente com o patrão, seja com o estado). Esta sua função o coloca hoje como uma instituição dentro do jogo das instituições burguesas. Os sindicatos, embora falem em nome dos trabalhadores, defendem muito mais os interesses do próprio sindicato e, por conseguinte, dos burocratas sindicais, que não querem em hipótese alguma deixar os cargos. Em alguns casos, há direções sindicais que se perpetuam por décadas no poder, demonstrando os reais interesses que tais instituições mobilizam hoje. Se no século XIX e início do século XX, os sindicatos ainda tinham alguma possibilidade de radicalização, de mobilização real da classe trabalhadora, à medida que foram se tornando instituições reconhecidas, reguladas, financiadas legalmente com fundo dos trabalhadores e às vezes estatais etc., tal radicalidade desaparece¹⁶. No capitalismo contemporâneo, os sindicatos são instituições a serem combatidas, não melhoradas ou recuperadas.

O rompimento do chamado “pacto fordista”, fundado na tríade institucional: estado-sindicatos-empresas teve uma implicação importante para os sindicatos. Eles

¹⁶ Em Maia (2016), demonstramos como a partir do regime de acumulação conjugado, os sindicatos perderam completamente a possibilidade de ser uma instituição vinculada aos interesses de classe do proletariado. No atual regime de acumulação, no capitalismo contemporâneo, os sindicatos se tornaram instituições contrarrevolucionárias, conservadoras, organizações que devem ser combatidas e superadas. Daí o total despropósito de algumas tendências anarquistas em recuperar hoje o “anarcossindicalismo” e o “sindicalismo revolucionário”.

faziam parte do jogo institucional, eram parte da estratégia de integração da classe operária onde predominou o *well fare state*. O estabelecimento do estado neoliberal, a reestruturação produtiva e a necessidade de aprofundamento do processo de exploração internacional (os ajustes estruturais que foram impostos aos países capitalistas subordinados) reorganizou o capitalismo em escala mundial após a década de 1980. As novas formas de organização do trabalho, o aumento do desemprego, da informalidade, dos chamados trabalhos precários etc. deslocaram ainda mais o significado dos sindicatos. As formas de luta que foram emergindo, sobretudo após a década de 1990, prescindiam em grande medida destas instituições, pois não se viam representados por elas. Voltaremos a isto mais à frente.

Assim, o bloco progressista, com suas estratégias, objetivos implementados por suas organizações (partidos e sindicatos), com suas ideologias justificatórias: social-democracia, bolchevismo etc. apresentam-se, no capitalismo contemporâneo, como claramente inimigas da classe trabalhadora. Assim, tais organizações e ideologias devem ser combatidas radicalmente. Não é possível, para um prosseguimento da luta de classes, sob hegemonia operária, haver qualquer possibilidade de aliança, colaboração com as organizações típicas deste bloco social. Todas devem estar sob escrutínio o mais rigoroso possível.

As estratégias desenhadas pelo bloco dominante são um desastre para as classes desprivilegiadas. As estratégias propostas pelo bloco progressista são um engodo para estas classes. O que resta então? Onde o proletariado e demais classes desprivilegiadas se organizarão? Qual objetivo e estratégias de luta desenvolver?

Tais perguntas só podem ser respondidas à luz das experiências históricas das classes trabalhadoras na contemporaneidade. É a partir deste terreno que podemos desenvolver elementos de uma estratégia revolucionária, que vise a superação da atual sociedade capitalista, única forma de dar fim aos problemas sociais gerados pelo capital. É dentro da análise destas lutas, das possibilidades, contradições e limites do bloco revolucionário e de toda a teoria legada pelos mais vivazes teóricos revolucionários que podemos pensar tal estratégia.

Bloco revolucionário e estratégia revolucionária hoje

O regime de acumulação integral, gestado a partir da década de 1970, implementado nos países imperialistas após a década de 1980 e a partir de 1990 generalizando-se para quase todas as partes do mundo, já começa a perceber as primeiras lutas sociais mais radicalizadas a partir de 1990. Um regime de acumulação, como sustenta Viana (2009), é uma forma estabilizada, cristalizada da luta de classes, o que quer dizer que mesmo nos momentos de grande estabilidade social (constituição, generalização), a luta de classes não desaparece. Simplesmente ela se dá dentro de um quadro “normal” de desenvolvimento. É, contudo, nos momentos de desestabilização e declínio que estas lutas saem do quadro normal, cristalizado de luta de classes e vai se encaminhando para lutas mais radicalizadas, ameaçando a existência do regime de acumulação e nos momentos revolucionários, do próprio modo de produção capitalista¹⁷.

O conjunto de lutas mais ou menos radicalizadas que começam a se difundir pelo mundo inteiro, sobretudo a partir dos anos 2000 é algo considerável e seria impossível um inventário de todas elas nos limites deste texto. Este é, deveras, um trabalho a ser feito a várias mãos. Seleccionarei aqui algumas que tiveram e tem ainda significado para uma análise das possibilidades e limites das lutas sociais na contemporaneidade e como elas podem nos auxiliar a pensar uma estratégia revolucionária e qual o lugar do bloco revolucionário em sua elaboração e aplicação. Desnecessário dizer que os indicativos aqui pontuados sobre cada uma destas lutas não consiste em uma análise detalhada e minuciosa das mesmas. Pelo contrário, trata-se de notas para se pensar elementos para uma estratégia revolucionária.

No final da década de 1990, começa-se perceber os primeiros sinais de desestabilização do regime de acumulação integral e também lutas oposicionistas já são identificáveis. Uma delas, que se desenvolve dentro do capitalismo imperialista e que deixará marcas nas lutas subsequentes é o que ficou conhecido como Movimento

¹⁷ Sobre os ciclos de constituição, consolidação e dissolução de um regime de acumulação, confira Viana (2015b).

Antiglobalização¹⁸. Como o nome indica, trata-se de um conjunto de movimentos sociais, coletivos políticos, indivíduos etc. que se mobilizam, geralmente em grandes manifestações. Tais manifestações se davam em eventos organizados por instituições multilaterais (FMI, OMC etc.), reuniões de cúpulas como G8 etc.

Uma das características deste movimento foi o uso da internet como forma de mobilização dos atos, organização das ações, comunicação dos protestos etc. Estratégia esta que já vinha sendo utilizada pelo EZLN no México de modo bastante intenso, tendo este influenciado inclusive ações do Movimento Antiglobalização. Outro elemento que se pode destacar é a pluralidade política de tal movimento, agregando anarquistas, autonomistas, bolcheviques, social-democratas, ONG's, partidos políticos, sindicatos etc. Isto já denuncia uma das dificuldades de tal movimento em estabelecer um projeto de nova sociedade, demanda que nem estava dada para o conjunto do movimento, com exceção de grupos e indivíduos em seu interior. Um elemento que se pode destacar do Movimento Antiglobalização é o aparecimento do Black Bloc, que empregava métodos violentos durante as manifestações. O Black Bloc¹⁹, que se afirma antiautoritário, nega decisões centralizadas, organizações burocráticas (como partidos políticos), colaboração com políticos profissionais etc. se torna forma de agir nas manifestações cada vez com maior significado. O auge, poderíamos dizer, do Movimento Antiglobalização, foram as manifestações contra o G8 em Gênova em 2001, que culminou no assassinato do militante Carlo Giuliani pelas forças repressivas, tornando-se uma espécie de símbolo do próprio movimento.

O Movimento Antiglobalização tornou possível, em meio à sua amplitude política e organizacional, fazer reemergir uma cultura contestadora, recuperando o anarquismo, conselhismo, luxemburguismo, autonomismo etc. Do ponto de vista organizacional, começa a criticar as organizações burocráticas, ensaia formas de decisão coletiva, pequenas experiências de auto-organização etc. Contudo, a própria base social do Movimento, que é muito ampla, eclética impede maiores avanços. Também, pode-se

¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre o início e algumas características deste movimento, confira Giovanni (2007).

¹⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre o black bloc, confira: Dupuis-Déri (2014).

dizer, o fato de ser centrado em grandes manifestações opositoras ao G8, FMI etc., bem como os indivíduos, grupos, coletivos e movimentos que o constituem se dispersarem após os atos, ficando poucas possibilidades de continuidade da organização, tornam o Movimento efêmero e não-permanente, o que enfraquece, certamente suas possibilidades. Muitas questões colocadas e ensaiadas pelo movimento tiveram e ainda tem lugar até hoje em várias lutas.

As consequências sociais do avanço das políticas neoliberais, da reestruturação produtiva se fazem sentir muito fortemente nos países do bloco imperialista, conforme já demonstramos na primeira parte deste texto. Assim, aumento da pobreza, desemprego das populações periféricas destes países é algo notável. Contudo, este novo regime de acumulação, já na década de 1990 está também se irradiando para todas as partes do mundo, agravando também os problemas sociais nos países do bloco subordinado. Um dos resultados disto é um aumento sem precedentes dos fluxos migratórios da América Latina, África e Ásia para os países de capitalismo central. Estes migrantes ficam ainda em condições muito mais precárias do que os trabalhadores e desempregados nacionais. Este barril de pólvora começa a dar sinais. Em 2005, uma onda de protestos assola as cidades francesas e expande-se para outros com menor intensidade, como na Alemanha, por exemplo. As manifestações realizadas por esta população (imigrados, filhos de imigrantes nascidos na França, mas que são tratados como subcidadãos, jovens franceses empobrecidos etc.) caracterizam-se por destruição, quebra-quebra, queima de carros nas ruas. As chamas espalham-se como rastilho de pólvora chamando a atenção do mundo para a situação dos trabalhadores, desempregados, subempregados, tanto nacionais quanto imigrantes (sobretudo jovens). Um dos aspectos também a se considerar é a falta de projeto político mais consistente. Para além das manifestações espetaculares de força e destruição, que denuncia a situação desta população, pouco ou nada de propositivo, criativo, seja no médio ou longo prazo se precipitam de tais atos. Um grande limite das lutas neste contexto no caso francês.

Em 2018 e 2019 emerge novamente uma onda de manifestações na França, que ficaram conhecidos como Coletes Amarelos²⁰. O estopim para o surgimento destas manifestações foi o aumento de um imposto que implicaria no aumento do preço dos combustíveis. Isto gerou uma onda de manifestações no país inteiro. À medida que as semanas se passavam, os protestos ao invés de arrefecerem, tornam-se mais amplos. As pautas vão se ampliando também e novamente os mesmos problemas aparecem: desemprego, emprego precário, baixos salários, situação deplorável de grande parte da população imigrante (e seus descendentes nascidos na França), falta de oportunidades etc. Mas novamente aparece a dificuldade de manter organizações permanentes, os protestos quase sempre são marcados por atos de depredação, quebra-quebra, enfrentamentos com a polícia. Algumas assembleias de base aparecem, diferentemente do movimento anterior, mas estas são minoritárias, não conseguem se expandir, nem muito menos tem tempo e força suficiente para estabelecerem articulações entre si. De qualquer forma, os Coletes Amarelos não desapareceram até o presente momento da cena política francesa, conseguindo ainda mobilizar manifestações nas principais cidades francesas.

Dois aspectos chamam a atenção nestes dois movimentos de manifestação na França: a) descrença na via institucional na resolução dos problemas sociais; b) recusa e conflito com as organizações burocráticas tradicionais: sindicatos, partidos políticos, políticos profissionais. Não que tais organizações deixaram de existir e nem participam das ações. Contudo, há uma clara recusa em amplos setores destes movimentos a tais organizações, em que pese novamente o caráter propositivo, criativo, a criação de organizações e ações permanentes nos bairros, locais de trabalho etc. seja também uma fraqueza destes movimentos quando se considera a questão do ponto de vista da emancipação humana e, portanto, da superação da atual sociedade.

Tanto os atos de 2005, quanto os Coletes Amarelos, estão presentes a espontaneidade típica das lutas populares, a imprevisibilidade do surgimento do

²⁰ A edição 139 de janeiro de 2019 do *Le Monde Diplomatique Brasil* apresenta uma coletânea de textos que dão uma certa dimensão do que foram tais protestos, seus dilemas, problemas de organização, expansão de pautas etc. Pode ser acessado no seguinte link: <https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-138/>.

movimento, a impossibilidade de controle das ações pelo estado (seja via repressão ou cooptação). Trata-se de um conflito que não se resolve. A tendência são os Coletes Amarelos arrefecerem, mas a situação que gerou tal movimento vem, na verdade, se agravando, o que denuncia que novas ações ocorrerão em futuro não muito distante. Mas os manifestantes de 2005, de 2018/2019 terão acumulado experiência e a própria luta deixa sua memória, que pode ser recuperada em lutas futuras. Isto é o que geralmente acontece.

O processo de ajuste estrutural ocorrido na Argentina na década de 1990 foi extremamente agressivo. As privatizações geraram uma população permanentemente desempregada em situação social precária. A pobreza se alastrou pelo país no correr de uma década, agravando este problema que é crônico em todos os países latino-americanos. As “vilas-miséria” se ampliam no grande conurbano bonaerense, as cidades que tiveram por décadas sua economia e vida social fundada no papel da estatal YPF, viram as condições de vida da população decaírem rapidamente após a privatização. Isto no país inteiro foi um desastre para as classes desprivilegiadas. Operários viram-se sem emprego e sem a mínima possibilidade de retornar ao chamado “mercado formal de trabalho”. Este processo de lumpemproletarização ocorrido na Argentina (mas não somente lá) jogou a população em grande abandono, restando a ela encontrar sua própria forma de subsistência. É neste quadro que se desenvolve um movimento político que desestabilizou a vida política na Argentina por vários anos, o Movimento Piqueteiro²¹.

Formado basicamente por trabalhadores desempregados (o lumpemproletariado), movimentos sociais de várias tendências, organizações políticas de várias orientações. Contudo, novamente alguns elementos começam a se desenhar no desenvolvimento do Movimento e deles temos que tomar nota para se pensar as lutas sociais na contemporaneidade. O Movimento Piqueteiro recebe este nome em razão de uma de suas principais táticas de luta: o fechamento de rodovias. Alguns piquetes chegam a durar mais de 30 dias, demonstrando a força que o movimento atingiu no auge de suas ações, sobretudo em 2001. Tal estratégia de luta deve-se à

²¹ Cf. Ferreiro (2007), Braga (2016)...

condição social da maioria esmagadora dos indivíduos que compõem o Movimento, lumpemproletários. Se não é possível fazer greve e parar a produção (pois fora dos locais de trabalho), para-se então a circulação de mercadorias e pessoas pelo território.

Mas além dos piquetes, um elemento que se desenvolveu nos vários anos de luta do Movimento Piqueteiro foram as assembleias de bairro. Assim, a partir dos locais de moradia, os trabalhadores passam a se reunir, discutir seus problemas, propor ações políticas para chamar a atenção para a situação em que se encontram. Estas assembleias assumem um caráter permanente. As reuniões periódicas permitem o desenvolvimento de um processo de autoeducação dos trabalhadores que estão diretamente envolvidos nestas ações. Assim, para além das ações espetaculares de confronto com as forças repressivas estatais, o desenvolvimento destas assembleias cria laços de solidariedade mais duradouros e formação política dos trabalhadores. Além disso, com o prosseguimento e permanência de tais ações, começa-se a se desenvolver relações entre as assembleias, criando-se “assembleias interbarriales”, que aglutinam delegados de vários bairros, articulando o movimento em escala mais ampla, sendo uma das ações mais amplas a realização em 2001 de duas Assembleias Nacionais Piqueteiras.

Da mesma forma que nos movimentos anteriores, trata-se de um movimento político amplo, no qual todas as forças políticas o disputam ou estão em disputa em seu interior. Contudo, novamente aparece a recusa dos partidos políticos, dos políticos profissionais, a desconfiança com as instituições do estado, uma relação conflituosa com os sindicatos. Novamente, percebe-se o desenvolvimento do movimento de modo espontâneo, descentralizado, eliminando a mediação política, ou seja, a própria população auto-organizada em suas assembleias realiza a discussão, a decisão e ela própria executa. A eliminação do intermediário político é um dos pontos altos ao se considerar o movimento piqueteiro, que apontou para formas políticas de auto-organização da classe trabalhadora, sobretudo, deu azo à ação política do lumpemproletariado. Eis um mérito do Movimento Piqueteiro. O lumpem é uma classe social que assume cada mais importância política, pois o capitalismo na era da acumulação integral é uma engrenagem de produzir desemprego e subemprego. Assim, qualquer estratégia revolucionária hoje tem que lidar de modo muito sério com o processo de lumpemproletarização, pois trata-se de uma classe que se amplia no mundo

inteiro e principalmente nos países de capitalismo subordinado. Eis aí um ponto onde necessariamente os sindicatos fracassam ao lidar com esta parcela cada mais numerosa da população trabalhadora. O desemprego em escala tão ampla é um dado da vida contemporânea que é inacessível às formas de “luta” típica dos sindicatos. A lumpemproletarização exige dos trabalhadores uma postura antissindical, pois os sindicatos tendem a se tornar cada vez mais corporativistas e isolados desta parcela da população.

Poderia citar aqui, de passagem, um conjunto de movimentos, manifestações, processos que caminham para esta mesma direção que apontamos até agora: as ações do EZLN a partir de 1994²² e principalmente os acontecimentos de Oaxaca em 2007²³ (este muito mais amplo do que foi o levante de Chiapas, embora sem continuidade o tempo), alguns elementos da chamada Primavera Árabe em 2010 (espontaneidade, radicalidade, ações de massa), as manifestações de 2013 no Brasil²⁴, bem como as lutas na educação com as ocupações de escolas e universidades em 2015 e 2016²⁵, os Indignados na Espanha, as lutas radicalizadas na Grécia desde 2005, o Occupy Wall Street em 2011²⁶ etc. etc. etc. Os movimentos mais ou menos organizados, as perspectivas políticas mais ou menos radicais, as mobilizações mais ou menos massivas, os objetivos mais ou menos profundos etc. caracterizam esta plêiade enorme de movimentos, manifestações, organizações, tendências políticas. Não irei aqui detalhá-las. Contudo, alguns elementos já descritos nos permitem algumas considerações.

É dentro deste conjunto de lutas, neste contexto histórico marcado pelo capitalismo neoliberal que o bloco revolucionário deve constituir sua estratégia de luta. Para Viana (2015a), o bloco revolucionário está indissolúvelmente ligado ao proletariado.

²² Cf. Anjos (2011).

²³ Breve relato desta experiência pode ser consultado em *O que foi a Comuna de Oaxaca?*, de Gilson Dantas, disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=7375, acessado em 07/08/2019.

²⁴ Cf. Maia (2016), Judensnaider et. al. (2013)...

²⁵ Cf. Maia (2016), Campos, Medeiros, Ribeiro (2016)...

²⁶ Cf. Harvey et. al. (2012)...

É sua expressão política. Portanto, sua estratégia só pode ser aquela que leve à vitória do proletariado e à derrota da burguesia. Suas lutas, ações, concepções, discursos devem ser expressão dos interesses de classe do proletariado. Como já disseram Marx e Engels (1987), os comunistas não tem interesses à parte do proletariado. Pelo contrário, os comunistas expressam no campo político, teórico e também organizacional os interesses de classe do proletariado. Devem contribuir para que a classe operária realize seus interesses de classe. No capitalismo contemporâneo, o bloco revolucionário é composto por coletivos políticos, indivíduos politizados, intelectuais engajados, juventude, tendências revolucionárias dentro dos movimentos sociais populares, militantes etc., concepções políticas (anarquismo, autonomismo, marxismo Autogestionário). Tal bloco não tem interesses particulares. Ou expressam os interesses de classe do proletariado ou são expressão de outras classes: burocracia/intelectualidade (bloco reformista), burguesia (bloco dominante). Não há meio termo, nem possibilidade de coalização de classe. Qualquer estratégia que defenda coalização com elementos da classe dominante ou com as classes auxiliares devem ser questionados imediatamente.

O bloco revolucionário deve, portanto, ser elemento catalizador das lutas sociais. Assim, quanto mais bem formado teoricamente e mais bem preparado politicamente, mais o bloco revolucionário pode contribuir com o avanço das lutas sociais em geral e do movimento operário em particular. Deste modo, livrar-se de suas ambiguidades, sobretudo os elementos de sua ala semiproletária (alguns indivíduos e organizações anarquistas, autonomistas), que às vezes realiza um certo ecletismo com elementos do bloco progressista (ideologias, sobretudo o pós-estruturalismo), mas também organizacionais, como por exemplo, certas tendências do anarquismo visando recuperar um sindicalismo revolucionário que não tem mais lugar no capitalismo contemporâneo. Este ecletismo e falta de compreensão teórica mais aprofundada do capitalismo contemporâneo e das demandas que se impõem às lutas sociais hoje são empecilhos que podem atrasar ações mais desenvolvidas e radicalizadas do proletariado e demais classes sociais desprivilegiadas.

As lutas sociais que mais tiveram importância nas duas últimas décadas só muito secundariamente tiveram participação do movimento operário. Refiro-me ao fato de o

movimento operário entrar como classe independente, com suas organizações, práticas e ações dentro das lutas em curso. Que indivíduos proletários participem é inegável, contudo, não como classe operária. Este é um estágio em que as lutas sociais na contemporaneidade ainda não lograram êxito. O processo de reestruturação produtiva aniquilou tão fortemente o movimento operário, que até hoje ele ainda não se reergueu plenamente. É ainda hoje uma tendência. *Tal tendência é que deve ser reforçada pelo bloco revolucionário.* Com raras exceções (como por exemplo, experiências de fábricas recuperadas na Argentina e em outros lugares, em que o proletariado ameaçado de desemprego, busca agir por conta própria), a regra geral das últimas décadas é ainda marcada por recrudescimento do movimento operário.

As lutas se operam mais no conjunto da sociedade civil do que propriamente derivado da ação de classe do proletariado. Mas como sempre ocorre, a ação de classe do proletariado não vem de fora da classe. Nem mesmo o bloco revolucionário tem condições de fazer a classe, como totalidade, se movimentar politicamente. A *espontaneidade* como elemento decisivo na ação de classe do proletariado é a condição primeira da estratégia do bloco revolucionário²⁷. Elementos ativos do bloco revolucionário podem contribuir para criar condições de emergência de formas organizativas do proletariado, mas é o proletariado quem deve criar suas organizações, suas ações e levar a cabo suas lutas.

Na sociedade civil e nas experiências descritas e citadas neste texto, a espontaneidade foi sempre o elemento irrecuperável. Elas são impossíveis até o momento que se tornam inevitáveis, já dizia uma pichação nos muros de Paris em 1968, referindo-se ao processo revolucionário. Contudo, aparecendo o movimento espontaneamente do terreno fértil da criatividade das lutas sociais, uma vez existindo,

²⁷ É necessário frisar, de qualquer forma, que como parte da estratégia do bloco revolucionário, independentemente da ação concreta da classe, há a necessidade de se fazer uma ampla luta cultural: crítica teórica das ideologias, produção de material mais consistente, mas acessível, visando atingir trabalhadores com menos tempo para estudo e menor formação, produção e divulgação de materiais políticos como panfletos etc., uma produção artística (música, teatro, poesia, contos, romances, cinema etc.) engajada e de qualidade. Esta luta cultural contribui, quando bem-feita e divulgada de modo acertado, com a criação de uma cultura contestadora em parcelas cada vez mais amplas das classes trabalhadoras, o que pode contribuir para a emergência de contestação e luta política concreta diretamente levada a cabo pelos trabalhadores.

tanto o bloco reformista, quanto o bloco dominante tentam, cada um a seu modo, capturar o movimento. Um dos papéis do bloco revolucionário é, deste modo, contribuir para que o movimento não seja cooptado, burocratizado, recuperado, sobretudo, por elementos do bloco reformista, que aparece com suas organizações (partidos, sindicatos) e ideologias (social-democracia, bolchevismo) a fim controlar, dirigir o movimento.

Deste modo, a crítica das organizações, das ideologias que caracterizam o bloco reformista é outro elemento central da estratégia do bloco revolucionário. Esta crítica deve-se dar tanto no campo da crítica teórica, quanto da propaganda junto ao conjunto da classe trabalhadora e também, quando for o caso, dentro das ações, organizações do próprio movimento.

O conjunto de levantes populares que se desenvolvem na contemporaneidade, em sua grande maioria ocorrendo fora da esfera do modo de produção, tem alguns pontos que devem ser mencionados a fim de compreender a estratégia revolucionária: a) crítica e recusa de participação na política institucional oficial, como o processo eleitoral, por exemplo, o que sempre coloca a questão da negação dos políticos profissionais, ou seja, dos intermediários políticos. Trata-se da população agindo por si mesma, sem mediações e representações; b) crítica e recusa de organizações burocráticas, principalmente os partidos políticos e os sindicatos. Em vários momentos destas ações concretas que descrevemos linhas atrás, é possível perceber uma recusa clara de tais organizações. Contudo, existe ainda a persistência destas instituições e em determinados momentos e movimentos elas conseguem ainda exercer influência sobre parcelas e às vezes a totalidade de determinadas ações. Aqui, portanto, se coloca muito claramente o papel do bloco revolucionário em demonstrar o caráter conservador de tais organizações. A defesa, por parte de vários movimentos contemporâneos de seu caráter apartidário (às vezes também antipartidário) denuncia esta tendência na contemporaneidade. Cabe ao bloco revolucionário reforçar esta crítica, ampliá-la, fundamentá-la teoricamente e divulgá-la em círculos cada vez mais amplos; c) recuperação e desenvolvimento da ideia de “ação direta”. Isto tem a ver com os elementos anteriores. Ação direta quer dizer exatamente isto, ou seja, ação dos trabalhadores por si mesmos, sem a intermediação de políticos profissionais (sejam eles

sindicalistas ou candidatos à próxima eleição); d) desenvolvimento de organizações e ações marcadas pela horizontalidade, decisão coletiva, ações descentralizadas. Isto evita a constituição de uma camada dirigente sobre o conjunto do movimento. Evitando assim o processo de burocratização, constituição de burocratas dirigentes separados e por sobre os trabalhadores; e) recuperação da teoria revolucionária (o caráter autogestionário da obra de Marx, os comunistas de conselhos, a concepção política revolucionária do luxemburguismo, elementos críticos do bordiguismo etc.), recuperação e desenvolvimento do anarquismo (em suas várias tendências e idiosincrasias), autonomismo etc. toda esta cultura contestadora, recuperada em alguns pontos, desenvolvida em outros foi realizada durante as últimas décadas, demonstrando que a tendência à revolução não é coisa de gente jurássica, perdida nos livros do séculos XIX e início do século XX. É tendência contemporânea.

Um último ponto que é necessário destacar, bem lembrado por Viana (2009), é a necessidade de retomada da utopia, pois qualquer movimento que não tenha em si uma dimensão utópica não consegue levar a cabo processos reais de mudança histórica. Estamos obviamente a falar daquilo que Bloch (2005) denominou de “utopia concreta”, ou seja, aquela que está em vias de se realizar. Qualquer forma de pensamento crítico hoje que exclua de seu escopo o possível, o outro que ainda-não-se-realizou, mas que está na vez de acontecer, deixa de ser crítico-revolucionário e cai na vala comum do realismo tacanho, do pessimismo oportunista, do niilismo burguês. A utopia concreta, como forma de pensamento racional que vislumbra no presente as tendências do futuro é condição para o processo revolucionário. Escusar isto, é retirar da luta a dimensão do humano que cria, constrói, projeta. Sem esta dimensão, a revolução não acontece, pois, dentro das condições históricas dadas, a revolução é edificação, elaboração, construção. Para se fazer isto, é necessário projetar, pensar para além do presente, mas enraizando racionalmente às tendências e condições dadas.

Para Bloch: “O marxismo, como ciência tendencial histórico-dialética, é, assim, a ciência do futuro mediada da realidade mais a possibilidade real-objetiva que está contida nela; tudo isto tendo como propósito a ação” (BLOCH, 2005, p. 281). Esta dimensão utópico-concreta torna o marxismo, como teoria da realidade existente e das tendências de que ela é prenhe, uma forma de consciência fundamental para as lutas

sociais. Desenvolver uma teoria da tendência, ou seja, da revolução adequada aos nossos dias é tarefa também do bloco revolucionário, sendo este texto somente uma parte de um projeto bem mais amplo gestado por vários grupos, indivíduos, intelectuais engajados etc.

Eis, pois, nossas tarefas. Mãos à obra!!!

Referências

ANJOS, Diego Marques Pereira dos. *O regime de acumulação integral e as lutas de classes no México: emergência e interpretações acerca do EZLN*. Revista enfrentamento. Goiânia: ano 6, n. 10, jan./jun. 2011. Acesso em 07/08/2019, disponível em: https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/878/pdf_51

BLOCH, Ernst. *O princípio Esperança*. V. 1. Rio de Janeiro: Uerj/Contraponto, 2005.

BRAGA, Lisandro. *A classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos: Pedro & João, 2013.

BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional: o bloco dominante e a criminalização do Movimento Piqueteiro na Argentina*. (tese de doutorado). Goiânia: UFG/Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2016.

CAMPOS, Antonia M; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CHUSSODOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

FERREIRO, Roi. *La lucha de clases en Argentina: entre la revolución proletária y la recuperación burguesa*. Barba Ruiva, 2007.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

GIOVANNI, Júlia Ruiz Di. *Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua*. (dissertação de mestrado). São Paulo: USP/Departamento de Antropologia Social, 2007.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.
- JUDENSNAIDER, Elena et. al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MAIA, Lucas. *Nem partidos, nem sindicatos: a reemergência das lutas autônomas no Brasil*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. V. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MIR, Luiz. *Guerra civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- SANTOS, Cleito Pereira dos. *Trabalho, tecnologia, controle e disciplina no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.
- VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *Blocos sociais e lutas de classes*. *Enfrentamento*. Goiânia: ano 10, N. 17, jan/jul. 2015a.
- VIANA, Nildo. *Os ciclos dos regimes de acumulação*. In: *Territorial – Caderno Eletrônico de textos*, Vol. 5, n. 7, 20 de agosto de 2015b. Disponível em: <https://www.cadernoterritorial.com/news/os-ciclos-dos-regimes-de-acumulacao-nildo-viana/>, acesso em 06/08/2019.
- WACQUANTI, Löic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.